

CURSO

DE

# Administração Colonial

SEGUNDO AS PRELEÇÕES DO EX.<sup>mo</sup> SR.  
DR. JOTA SARAIVA AO CURSO  
JURÍDICO DE

1913-1914.



Coimbra — LIVRARIA NEVES — Editora  
1914

JOSÉ FORTES, MARTINHO SIMÕES E AMBROSIO NETO

---

CUF 20

# Administração Colonial



SEGUNDO AS PRELECCÕES

DO EX.<sup>mo</sup> SR. DR. ROCHA

SARAIVA AO CURSO JU-

RÍDICO DE \* \* \* \* \*

1913-1914



LIVRARIA NEVES — Editora

COIMBRA

## BIBLIOGRAFIA

---

Para facilitar o estudo desta sciência deixamos apontadas as obras que podem servir de complemento á doutrina aqui exposta.

São elas entre as estrangeiras: Arthur Girault, *Principes de colonisation et de legislation coloniale*; Reinisch, *Colonial gouvernement*; Aubry, *La colonisation et les colonies*; Paul Leroy-Beaulieu, *De la colonisation chez les peup'es modernes*, etc.

Dentro das obras nacionais recomendou o sr. dr. Rocha Saraiva as seguintes :

Dr. Ruy Ennes Ulrich, *Administração colonial e Politica colonial*; Dr. Marnoco e Sousa, *Administração colonial* e as obras de alguns lentes da Escola Colonial como a de Lopo Vaz de Sampaio e Melo, *Politica Indigena*.

Ha tambem várias monografias como as de Almada Negreiros (*la main d'oeuvre en Afrique, le Mozambique*, etc.); como as de José de Macedo (*A autonomia de Angola*); e outras mais antigas como as de Oliveira Martins (*O Brazil e as colonias portuguezas, Portugal em Africa*), etc.

Podemos ainda lançar mão dos vários compendios dos Congressos Coloniaes e de Revistas e publicações periódicas da especialidade.

## PRELIMINARES

No estudo da administração colonial dois métodos se poderiam adoptar: ou estudar separadamente tudo o que respeitasse á organização completa de cada uma das colonias, ou então analisar, numa exposição de conjunto, toda a administração colonial.

Têm ambos os métodos os seus inconvenientes e as suas vantagens. Assim se o primeiro é admissível para as colonias de tipos diversos, mas cujo algarismo de população indígena é quasi igual ao da população europeia, já o não é para as colonias do mesmo tipo. Nêste caso é preferível o segundo método.

Exemplificando; se a colonia de Angola e a de Moçambique são ambas do tipo — fazendas ou colonias de exploração — compreende-se que seja util e conveniente o estudo das instituições, em conjunto, comuns aquellas sobreditas colonias. No entanto nós inclinamo-nos para o primeiro método que tem sobre o segundo, além de outras vantagens, a de evitar repetições escusadas.

E adentro desta orientação dividiremos o nosso estudo em tres grandes partes, para irmos de harmonia com o programa dêste curso, e são elas:

1.<sup>a</sup> — colonisação e sciência colonial, 2.<sup>a</sup> — administração civil e política; 3.<sup>a</sup> — administração económica e financeira. Por sua vez dentro destas divisões abriremos capitulos especiaes para melhor abordarmos os assuntos que se relacionarem com cada uma das sobreditas divisões.



# PARTE I

## *Colonisação e sciência colonial*

### CAPITULO I

#### **Naturêsa da colonisação**

1. **Colonisação; seus caracteres.** — Olhando para as indicações que os factos nos fornecem vê-se que o fenómeno da colonisação é o transporte de gente de um ponto para outro. E com efeito; o primeiro elemento a integrar no conceito de colonisação é o abandono do pais natal por grupos de pessoas que vão estabelecer-se numa outra região. Mas a verdade é que êste elemento não é de per si sufficiente pois dêste modo confundiam-se colonisação e emigração. De resto convem notar que ninguem chama *colonisação* ao transporte de povos de civilização inferior para uma dada região onde habitem povos de civilização superior á daquêles. E na verdade; não *colonisa* a tribo selvagem que, impelida pela fome, abandona o lugar em que vivia, e vai estabelecer-se noutro ponto onde melhor possa prover ás suas necessidades; não tiveram como efeito a *colonisação* as invasões dos bárbaros. E' que a *colonisação* é uma acção; e esta acção cifra-se na trans-

formação progressiva do país, para onde se efectuou o transporte de pessoas, pela valorisação das condições civis, politicas, económicas e financeiras desse sobredito país. Se assim é parece que o fenómeno ficará bem caracterizado por estes tres elementos: a) transporte ou saída de grupos de pessoas do seu país natal; b) o estabelecimento desse grupo numa região desabitada ou, pelo menos, habitada por uma população de civilização inferior á do grupo; c) a acção civilizadora exercida pelo povo emigrante sobre os indigenas que ocupam a região e a concomitante transformação progressiva.

E se tomarmos em linha de conta os tres elementos em conjunto poderemos defenir, com Fallot, colonisação: *a acção que um povo civilizado exerce sobre um paiz de civilização inferior, com o fim de o transformar progressivamente, pelo aproveitamento dos seus recursos materiais e pelo melhoramento das condições materiais e morais de existência dos indigenas.*

Mas muito embora esta defenição seja hoje geralmente seguida por todos os escritores; e, embora se harmonise com a etimologia da palavra colonia, (colonisar tem a mesma raiz que colere, cultivar; e na verdade a colonisação supõe uma dupla acção civilizadora sobre a terra e seus habitantes) o certo é que alguns escritores ha que exigem apenas a subordinação politica como característica essencial da colonisação. <sup>(1)</sup> Ora esta doutrina não é defensavel a menos que não queiramos ver a colonisação na sujeição de um povo superior a um povo de civilização inferior: a Grecia teria sido assim uma colonia de Roma. Seria isso claramente

---

(1) De notar é, porem, que esses autores teem mais em vista a defenição de colonia do que propriamente a noção de colonisação.

identificar a colonisação com toda e qualquer conquista (1).

E' talvez no sentido de evitar aquélla característica impropria de colonisação que os escritores costumam fazer distinção entre a acção etnológica e politica.

Entre que povos, porém, pode verificar-se o fenómeno da colonisação? Sob êste ponto de vista os colonialistas costumam considerar 4 grupos:

1) populações de civilisação ocidental; 2) população de civilisação diferente que todavia constituem nações unidas, destinadas a governar-se a si próprias como acontece com a China e o Japão; 3) populações que, tendo embora atingido um certo desenvolvimento, não constituem nações unidas e têm um governo regular como sucede na India e Java; 4) e finalmente populações selvagens, entretidas em continuas guerras, desconhecendo o trabalho e ignorando as riquezas dos seus territórios.

A colonisação verifica-se entre os povos das duas primeiras categorias sobre os das duas ultimas categorias; isto não quer dizer que a colonisação tambem não possa efectuar-se entre os povos da primeira categoria sobre os da segunda categoria.

No entanto como veremos, no sucessivo andamento desta exposição, esta derivante não é legitima muito embora se tenham feito tentativas no sentido de estender a colonisação até aos povos (China) desta categoria.

Quanto á determinação da natureza da colonisação alguns escritores consideram-na como um fenómeno económico e outros consideram-na como um fenómeno

---

(1) Vid. Dr. Ennes Ulrich, *Politica Colonial*; Coimbra, 1900 — pág. 3.

simultaneamente económico e político. E assim será um fenómeno económico por quanto os povos colonisadores apenas teem em vista as vantagens materiaes que lhes adveem da colonisação; e será um fenómeno económico-político visto os povos colonisadores visarem os seus interesses próprios e porque para a realisação desses interesses teem de exercer a sua soberania. Ora a verdade é que estes dois criterios constituem um corpo de doutrina indefensavel visto que a colonisação constitue um fenómeno muito mais complexo do que pretendem os escritôres que perfilham a doutrina atraz exposta. E mais; a colonisação é um fenómeno em que entram todos os fenómenos sociaes, tendo um unico fim geral e abrangendo systêmas e processos variadissimos, dependentes sobretudo do estado do povo colonizador e do estado da região que se trata de colonisar.

**2. Emigração e colonisação.** — Para melhor se poder precisar o conceito de colonisação é conveniente comparar o fenómeno da colonisação com o da emigração. E isto é tanto mais util quanto é certo que alguns escritôres ha que confundem os dois fenómenos chegando até a confessar a impossibilidade de fazer a sua distincção. Todavia esta doutrina não é admissivel, dadas as seguintes diferenças que caracterisam um e outro fenómeno: 1.º) a *emigração* é um fenómeno que se observa em todos os tempos e em todos os povos, podendo até dar-se entre animais; a *colonisação* desenvolveu-se sómente nas sociedades modernas; 2.º) a *emigração* pode ter logar entre os povos de igual civilisação ao passo que a *colonisação* só se verifica entre povos de raça e civilisação diferentes; assim os portuguezes, que hoje vão para o Brazil emigram, os

que para lá foram no sec. xvi, colonisaram ; 3.º) a *emigração* depende geralmente da simples vontade do emigrante, foge a preceitos reguladores, como demonstra o insucesso de tentativas feitas por alguns estados no sentido de a subordinarem a leis, a *colonisação* está sujeita a princípios que todos os estados devem observar para não comprometerem a sua vida colonial; assim ha o principio da descentralisação, da autonomia etc.; 4.º) a *emigração* é um fenómeno económico ao passo que a *colonisação* é um fenómeno muito mais complexo, porquanto abrange elementos de todos os fenómenos sociais e de todos os aspectos da vida social; 5.º) a *emigração* (1), porque é refractária a leis não pode constituir o objecto de uma sciência ao passo que a *colonisação* constitue objecto de uma sciência especial.

**3. Colonisação e imperialismo.** — Estabelecida a diferença entre colonisação e emigração vamos procurar caracterisar a *colonisação e o imperialismo*. O imperialismo pode defenir-se: *a occupação violenta de territórios novos por países velhos e saturados de capital e população*.

O *imperialismo* é um fenómeno recente; varios são os escriptores que têm tentado explicá-lo. Todavia as opiniões são muito divergentes; e assim uns attribuem a origem do imperialismo as *descobertas geográficas* e outros á *transformação técnica dos meios de transporte*. Ora a verdade é que os escriptores inclinados á primeira das hipóteses elucidativas da origem do imperialismo não atendem a que as descobertas geográficas datam já de ha muito tempo (sec. XII), ao passo que

---

(1) A emigração constitue um capítulo da economia politica.

o imperialismo é dos nossos dias. Mas se, consequentemente, a primeira hipótese é inadmissível a segunda não o é menos; porquanto a transformação técnica dos meios de transporte poderia facilitar, sim, o desenvolvimento do imperialismo mas não explicá-lo por si (1). Convém ainda notar que outros escritores enveredando para um campo meramente político tentam explicar a origem do imperialismo pelas *diferentes formas de governo*. E', porém, este criterio inadmissível em absoluto, pois o imperialismo desenvolve-se em nações da mais diversa organização política. E assim vemo-lo na monárquica Inglaterra, na França republicana e até na autocrática Russia, etc. E' que a verdadeira explicação do imperialismo reside num criterio de *ordem económica*. E não é mais do que a tendência que apresenta o capital para reagir contra a baixa de interesse que elle encontra nas nações onde ha uma grande concentração capitalista. Ora é bem de ver que dadas estas circunstancias o capital foge procurando terras novas onde consiga uma maior renumeração. Depõe a favor desta explicação o facto dos países mais imperialistas serem precisamente aquêles onde ha mais abundancia de capitães, como a Inglaterra e os Estados Unidos da America do Norte.

Caracterisemos no entanto e mais precisamente o fenómeno do imperialismo.

A colonisação importa, como já vimos, a emigração de uma parte da população de um país para outro; contrariamente o imperialismo desenvolve-se indepen-

---

(1) Vid. ainda sobre este assunto; Dr. R. Ennes Ulrich, obr. cit. pag. 695 e Dr. Marnôco, Administração colonial, 1905-1906, pag. 16.

dentemente da emigração e é uma politica de anexação violenta. Não deve confundir-se tambem o imperialismo — fenómeno militar — (ou seja na acepção em que o tomamos agora) com o imperialismo *forma de organização colonial*. Êste corresponde a uma politica pacifica ao passo que na acepção anterior corresponde a uma politica violenta; é um meio de expansão violenta dos povos. Quais as causas originaes desta outra acepção?

A politica autonómica da Inglaterra posta em prática em algumas colónias prejudicou-a. As colónias inglêsas tributavam igualmente os produtos estrangeiros e metropolitanos. Alem dêste grave prejuizo, a Inglaterra tinha de fazer consideraveis despesas para manter o seu imperio colonial, vendo se ainda ás vezes envolvida em complicações internacionais.

Acrescentemos a isto o facto da Inglaterra se ver atacada pela concorrência da indústria alemã. Nestas condições a Inglaterra foi levada a formar com as Colónias uma *liga aduaneira*. Dêste modo unificou todo o seu vasto imperio colonial procurando, quanto possível, a restrição, em seu próprio beneficio, da liberdade económica das colónias sobre as quaes, por outro lado, tenta lançar parte das despêsas a que, por sua causa, é obrigada. E assim se originou um vasto imperio aduaneiro adentro do qual os produtos inglêses circulam isentos de direitos; sendo estrangeiros estão sujeitos a tarifas elevadas.

Para a consecução dêste fim organisaram-se em Londres — as conferências colonias — (hoje chamadas imperiaes, em atenção á situação preponderante das colonias), as quaes se realisam com a assistência dos representantes das diversas colonias inglêsas.













---

social não podem adoptar nenhum processo de colonisação contrário ao desenvolvimento da civilisação.

Mas isto por sua vês não impede que adoptando todos os processos (que não prejudiquem o desenvolvimento da civilisação) procurem tirar das colónias vantagens de ordem economico-social.

Ora segundo o nosso modo de ver o fim da colonisação deve ser o *da difusão da civilisação* atendendo a que os estados colonisadores procurarão a valorisação dos recursos naturais da colonia e o melhoramento das condições materiais e morais dos naturais. Consequentemente é desumano não legitimar para a nação colonisadora algum interesse quanto é certo que o que aquela procura mais é a colocação dos produtos metropolitanos.

De modo que o fim civilizador e o fim do interesse da metropole não são opostos, coordenam-se e a existência de um supõe a existência do outro.

Ainda frisaremos que se os Estados colonisadores não devessem atender ás vantagens que têm as colonias para elles, como quer Zimmermann, então ficaria sem explicação a razão da luta que se fere nos povos modernos para a ampliação do respectivo dominio colonial. (1)

**5. Legitimidade e utilidade da colonisação.**  
Será legítima a colonisação?

Esta é uma questão que tem sido objecto de estudo por parte de escritores internacionalistas, socialistas e economistas sustentando todos os mais variados crité-

---

(1) Vid. Dr. Marnoco e Sousa obr. cit. pag. 15 e segg.





































































































































































































































































































































































































































































































































































































